

Dupla jornada feminina: Um estudo da conjugalidade e do patriarcado

Female double burden: A study of conjugality and patriarchy

Doble jornada femenina: Un estudio de la conyugalidad y del patriarcado

Beatriz Lobato Ozanan¹ , Mary Yoko Okamoto² 

Resumo: Este estudo teve por objetivo analisar os efeitos do patriarcado na conjugalidade e sua relação com a dupla jornada de trabalho. Trata-se de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC), com entrevistas semiestruturadas realizadas com 8 mulheres (1 parda, 1 preta e 6 brancas), de 23 a 35 anos, mães de crianças entre 2 e 6 anos, em relações heterossexuais e inseridas no trabalho formal e/ou informal, com renda baixa a média. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011). Os resultados apontaram que as mulheres são mais sobrecarregadas com os deveres domésticos e com o trabalho de cuidado dos filhos que seus maridos, mesmo trabalhando fora de casa como eles. A rede de apoio feminina se faz presente, assim como a diminuição da carga horária de trabalho após o nascimento dos filhos e a diminuição de investimento nelas próprias. Ao evidenciar os impactos subjetivos e relacionais da dupla jornada e das desigualdades de gênero na conjugalidade, a pesquisa fornece subsídios para uma escuta clínica sensível aos atravessamentos sociais do sofrimento psíquico.

Palavras-chave: psicanálise, trabalho feminino, patriarcado, casal e família

Abstract: This study aimed to analyze the effects of patriarchy on conjugality and its relationship with the double workday. It is an undergraduate research project (PIBIC) based on semi-structured interviews conducted with eight women (one mixed-race, one Black, and six white), aged 23 to 35, mothers of children between 2 and 6 years old, in heterosexual relationships and engaged in formal and/or informal work, with low to middle income. The data were analyzed using content analysis (Bardin, 2011). The results showed that women are more burdened with domestic duties and childcare than their husbands, even when they also work outside the home. Female support networks were present, as well as a reduction in working hours after childbirth and decreased personal investment. By highlighting the subjective and relational impacts of the double workday and gender inequalities in conjugality, the study provides support for a clinical approach sensitive to the social dimensions of psychological suffering.

Keywords: psychoanalysis, women's work, patriarchy, couple and family

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo analizar los efectos del patriarcado en la conyugalidad y su relación con la doble jornada laboral. Se trata de una investigación de iniciación científica (PIBIC), con entrevistas semiestruturadas realizadas a 8 mujeres (1 parda, 1 negra y 6 blancas), de entre 23 y 35 años, madres de niños de 2 a 6 años, en relaciones heterossexuales e insertas en el trabajo formal y/o informal, con ingresos bajos a medios. Los datos fueron analizados mediante análisis de contenido (Bardin, 2011). Los resultados mostraron que las mujeres están más sobrecargadas con las tareas domésticas y el cuidado de los hijos que sus maridos, incluso cuando trabajan fuera del hogar como ellos. Se observa la presencia de redes de apoyo femeninas, así como la reducción de la carga horaria laboral tras el nacimiento de los hijos y una disminución en la inversión en sí mismas. Al evidenciar los impactos subjetivos y relacionales de la doble jornada y de las desigualdades de género en la conyugalidad, la investigación aporta elementos para una escucha clínica sensible a los atravesamientos sociales del sufrimiento psíquico.

Palabras clave: psicoanálisis, trabajo femenino, patriarcado, pareja y familia

¹Discente da Graduação em Psicologia FCLAs - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis – Unesp. Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário, Assis - SP, CEP: 19806-900. Email: b.ozanan@unesp.br.

²Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica e Programa de Pós-Graduação em Psicologia FCLAs - Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Assis – Unesp. Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário, Assis - SP, CEP: 19806-900. Email: mary.okamoto@unesp.br

Fonte de financiamento da pesquisa: PIBIC/CNPq

Recebido em: 9/03/2026 | **Alterado em:** 26/04/2026 | **Aceito em:** 19/05/2026

Introdução

Kaës (2014) afirma que nas relações que se estabelecem, incluindo as conjugais, são estabelecidas alianças inconscientes, uma formação psíquica intersubjetiva, originada da articulação entre subjetividades e que serve de base para a constituição do vínculo, surgindo, assim, um interesse comum, mesmo que os motivos permaneçam inconscientes para os parceiros, responsáveis pela instauração do vínculo de conjugalidade, mas também para sua continuidade. A conjugalidade, segundo Passos (2005), é vista como um espaço onde os parceiros investem amorosamente, se reconhecendo mutuamente e compartilhando seus desejos mais profundos, e esse espaço serve tanto para a circulação quanto para a contenção dos excessos pulsionais. Ademais, a conjugalidade também se configura como uma matriz de transmissão psíquica, sendo que após o nascimento dos filhos, estes serão os herdeiros dos seus pais e assim, atualizam os conteúdos herdados genealogicamente na família. Além disso, Féres-Carneiro e Magalhães (2005) destacam que a conjugalidade tem suas raízes no inconsciente familiar dos cônjuges e que, nas famílias, as histórias passadas e presentes se entrelaçam e são transmitidas para os filhos, juntamente com expectativas futuras, ou seja, o ideal de ego familiar.

As alianças inconscientes do casal resultarão no “tronco inconsciente do casal” (Kaës, 2014), o qual será formado a partir de um acordo amoroso ancorado em acordos inconscientes. O modelo desses acordos será constituído pelas experiências que cada um conheceu em seus vínculos primários. Porém, vale a pena destacar que existirá sempre uma originalidade em cada vínculo, visto que o encontro com outro sujeito estará sempre permeado de uma imprevisibilidade. Kaës (2014) afirma que podem existir, de acordo com cada vínculo, alianças simétricas - em que as pessoas investem de maneira equivalente na troca - e alianças assimétricas - marcadas por dependência e imposição, geralmente presentes em contextos de poder. Assim, o que se percebe é que os relacionamentos amorosos heterossexuais são, muitas vezes, assimétricos, com dinâmicas de dominação masculina, o que pode ser corroborado por Saffioti (2019), quando diz que os homens tratam as mulheres como não sujeitos, uma vez que possuem, praticamente, o poder de vida ou de morte sobre elas. Sob influência do patriarcado, naturaliza-se a dupla jornada de trabalho das mulheres, quando, na verdade, trata-se de uma construção social.

De acordo com Gomes (2005), a transmissão psíquica possui duas formas diferentes, a Intergeracional em que há um material transformado que é passado para a próxima geração, e a Transgeracional, em que o material é passado de forma não simbolizada e não transformada, apresentando vazios e lacunas na transmissão. Souza et al. (2022) entendem que esses acordos estabelecidos entre o casal, tem influência da transmissão geracional, o que afeta a conjugalidade, uma vez que conteúdos muito enraizados nos sujeitos podem levá-los a reproduzir os modelos do passado, dificultando que o casal possa realizar algo novo que seria mais favorável para ambos. Com relação a isso, podemos citar o caso da exclusividade dos afazeres domésticos como algo inerente à mulher, a despeito da inserção da mulher no mercado de trabalho formal. Com isso, tal exclusividade ocasiona a dupla jornada de trabalho, mas na maioria das vezes, permanece como um acordo entre o casal, uma vez que foi passado por gerações que o trabalho de cuidado é um papel instituído socialmente para a mulher. Dessa maneira, além dessa responsabilidade, a mulher passou a desempenhar um papel profissional no mundo do trabalho, o que, segundo Bezerra e Ferreira (2017), acarretou a sobrecarga e a dupla jornada de trabalho.

Além disso, Okamoto e Emídio (2023) explicam que o espaço transubjetivo abrange o mundo externo e o contexto compartilhado entre indivíduos em um certo momento histórico, envolvendo a interação do sujeito com o contexto social mais amplo, como cultura, nação e religião. Esse espaço fornece as marcas culturais necessárias para que o indivíduo se sinta parte de um grupo e de uma história e é responsável por perfazer os códigos morais, valores, tradições e cultura presentes na constituição subjetiva dos indivíduos, famílias e instituições e por isso, é parte integrante da constituição identitária individual. Essa dimensão abarca o contexto

histórico que precede o sujeito, sua posição na estrutura de parentesco e o conjunto social que passa a integrar. Essa posição foi adquirida considerando as circunstâncias únicas e a trajetória pessoal de cada indivíduo, além da interligação intrínseca entre o espaço intrasubjetivo, o intersubjetivo e o transubjetivo, que nos aponta a constituição politópica do inconsciente (Kaës, 2014). Por isso, para entender um sujeito e suas atitudes, também se faz necessário entender seu contexto social, histórico e cultural, sendo a história do Brasil e o patriarcado importantes fatores a serem considerados, uma vez que integram e constituem o ideal e os valores da sociedade brasileira e perfazem uma marca indelével na constituição subjetiva de mulheres.

A origem da desigualdade de gênero no Brasil remonta ao período colonial, momento em que a sociedade foi gradualmente organizada sob uma lógica patriarcal profundamente hierarquizada e excludente. Nesse contexto, papéis sociais foram rigidamente distribuídos entre homens e mulheres com base em fundamentos religiosos, políticos e médicos trazidos pelos colonizadores. Del Priore (2009) demonstra como, desde o período colonial, a mulher foi relegada ao espaço privado, com forte vigilância da moral cristã e da medicina, que passaram a definir seu corpo e sua função social. As mulheres brancas da elite colonial eram educadas para papéis definidos: esposas dedicadas, mães zelosas e guardiãs da moral doméstica. Assim, a figura da “santa-mãezinha” representa essa mulher virtuosa, moldada por valores cristãos de silêncio, renúncia e obediência. Ademais, a medicina dos séculos XIX e XX fortaleceu essa imagem ao reforçar, sob uma ótica biologizante, a ideia de que as mulheres eram fisicamente e emocionalmente frágeis e naturalmente vocacionadas à maternidade e ao cuidado. A autora argumenta que essa suposta inferioridade feminina foi construída historicamente por meio de narrativas que serviram a interesses sociais e políticos, e não decorre de qualquer fundamento biológico.

Del Priore (2021) analisa como, no Brasil colonial, para além das mulheres brancas da elite, as mulheres negras e indígenas foram brutalmente exploradas nas esferas produtivas e reprodutivas, o que reforça a articulação entre gênero, raça e classe como elementos estruturantes da opressão. Essas mulheres, escravizadas ou exploradas economicamente, desempenhavam atividades em condições de extrema precariedade e invisibilidade. Entretanto, enquanto a Igreja pregava a figura da “santa-mãezinha”, quem, de fato, exercia a função materna, eram as mulheres pretas (González, 2020). Na atualidade, Batoni (2020) infere que a contratação, por parte das mulheres economicamente privilegiadas, de empregadas domésticas - em sua maioria mulheres negras - contribui para a manutenção das mulheres como principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, o que enfraquece a luta contra a tradicional divisão sexual do trabalho no âmbito familiar. Por outro lado, temos as mulheres das classes subalternas que continuam acumulando jornadas, atuando no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, assumindo sozinhas as responsabilidades do cuidado dos filhos e da casa. Portanto, é imprescindível a discussão de gênero juntamente com a de raça, para entender como é naturalizada a dupla jornada de trabalho feminina.

Badinter (2011) argumenta que a vida conjugal impõe às mulheres custos sociais e culturais significativos. Com a chegada dos filhos, ocorre uma exacerbação da disparidade, já que as mulheres tendem a aumentar o tempo dedicado às responsabilidades domésticas, enquanto os homens, ao assumirem a paternidade, ampliam seu foco no trabalho remunerado, o que intensifica a desigualdade salarial. Além disso, a autora questiona a pressão contemporânea exercida sobre as mulheres, que se veem divididas entre o desejo de realização profissional e a expectativa de dedicação integral à maternidade. Ela aponta o retorno de discursos conservadores que reforçam a centralidade da mãe no desenvolvimento emocional da criança, o que resulta em um novo tipo de culpa materna. Batoni (2020) argumenta que a escolha de ser mãe e de ter uma carreira gera sofrimento, já que as responsabilidades domésticas recaem majoritariamente sobre as mulheres, enquanto os homens, em geral, mantêm maior liberdade para se dedicar ao trabalho, limitando-se a colaborar pontualmente nas tarefas da casa, sem assumir responsabilidade efetiva por elas.

Ademais, a maternidade, frequentemente compreendida como instintiva e natural, é, na verdade, uma construção social complexa, atravessada por interesses ideológicos, culturais e econômicos. Badinter (1993) mostra que o amor materno foi moldado por fatores políticos, religiosos e econômicos. Em Paris, em 1780,

a maioria das crianças era enviada a amas de leite, muitas não eram buscadas, e a mortalidade era alta, as sobreviventes retornavam com sequelas devido às más condições. Mesmo assim, a prática persistia pelo desinteresse dos pais e pela ausência de julgamento moral sobre esse cuidado até meados do século XVIII. Assim, é desmontada pela autora, a ideia de que há um instinto materno associado à biologia, porque ele foi construído ao longo de anos para ser entendido como fundamentalmente feminino.

Hirata (2018) considera a lógica patriarcal uma função social de dominação masculina e constitui uma forma de poder e de dominação exercida sobre as mulheres, apesar de algumas modificações no cenário atual. No Brasil, mesmo com a conquista das mulheres adentrando os espaços de estudo e de trabalho formal, a responsabilidade de cuidar de casa se mostra ainda como uma tarefa feminina, conforme os dados do IBGE (2014), em que 90% das mulheres afirmam cuidar dos afazeres domésticos. Ao apresentar a origem do patriarcado, Lerner (2019) aponta que as mulheres passaram de uma subordinação enquanto filhas para outra, enquanto esposa, ambas nesse sistema paternalista (modo particular do sistema patriarcal), e a autora explica, então, que sua base se dá por um contrato de troca que não foi escrito, o apoio financeiro e a proteção fornecidos pelo homem em troca da submissão da mulher em todas as áreas, juntamente com a prestação de serviços sexuais e de trabalho doméstico não remunerado.

Desse modo, Bezerra e Ferreira (2017) também inserem a divisão sexual do trabalho como um aspecto que constitui o patriarcado, sobretudo considerando que as funções e os trabalhos são divididos em “feminino” e “masculino”, sempre com uma inferiorização do trabalho feminino. Os autores dizem que a dupla jornada de trabalho feminina sobrecarrega a mulher e impede que ela possa investir em sua carreira profissional, o que resulta em remuneração menor e na inserção de trabalhos mais precarizados. Além disso, Scott (2019) propõe o gênero como categoria de análise histórica, ou seja, as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas e utilizadas para legitimar desigualdades de poder. Para ela, é falsa a ideia de que o gênero é uma consequência biológica, colocando-o como uma construção discursiva situada no tempo e no espaço.

Método

Trata-se de uma pesquisa de campo, numa abordagem qualitativa e de caráter exploratório e interpretativo, a fim de identificar as relações entre o patriarcado e a dupla jornada de trabalho feminina. Foram realizadas 8 entrevistas semiestruturadas presenciais, com 8 mulheres cisgênero, dentre elas, 1 mulher é parda, 1 é preta e 6 são brancas, com rendas variadas, de baixa para média, entre 23 e 35 anos, mães de filhos entre 2 e 6 anos de idade, casadas ou em união estável com um homem cisgênero, residentes em municípios de médio porte do interior do estado de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, gravadas e transcritas na íntegra, com duração média de 1 hora. Ademais, a renda e a cor/raça não foram critérios para a composição da amostra, mas mulheres heterossexuais em arranjos estáveis e com filhos na faixa etária apresentada.

As participantes foram recrutadas através da divulgação pelas mídias sociais e através da técnica de “bola de neve”, por meio de contatos da pesquisadora. Os dados foram coletados de forma presencial, e as entrevistas foram realizadas conforme a preferência da entrevistada, seja na residência, no escritório da própria entrevistada, numa instituição de assistência social do município de Londrina e no Centro de Pesquisa de Psicologia Aplicada Dra. Betti Katzenstein (CPPA), da UNESP - campus Assis, garantindo o sigilo e a privacidade para sua realização, para que ocorresse a menor quantidade de interferência possível.

A análise dos resultados foi realizada através da análise de conteúdo (Bardin, 2011), e a base teórica utilizada para a análise foi a teoria psicanalítica de casal e família e os estudos acerca do patriarcado foram as bases teóricas deste estudo. Ademais, o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, protocolo CAAE: 85907324.1.0000.5401. Além disso, foram seguidos todos os cuidados éticos previstos na Resolução nº 446/12. As entrevistadas receberam e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a garantia do sigilo, todos os nomes utilizados a seguir são fictícios: Lélia, 29 anos, é mãe de três filhos, com idades de 6 anos, 5 anos e um bebê em gestação de quatro meses, e atua como operadora de caixa. Simone, 35 anos, também é mãe de três filhos, com 6, 15 e 16 anos de idade, e trabalha como auxiliar de serviços de limpeza. Andrea, 33 anos, possui um filho de 4 anos e exerce a profissão de professora. Tereza, 30 anos, é mãe de um filho de 4 anos e trabalha como assistente administrativa. Heloísa, 33 anos, possui um filho de 2 anos e atua como advogada. Helena, 34 anos, também é mãe de um filho de 2 anos e exerce a profissão de advogada. Maria Lúcia, 32 anos, é mãe de dois filhos, com 3 e 12 anos de idade, e trabalha como nutricionista e recepcionista. Por fim, Elizabeth, 23 anos, possui um filho de 2 anos e atua como professora. Lélia é uma mulher parda e Simone é uma mulher preta, ambas com renda baixa, as demais entrevistadas são mulheres brancas com renda média.

Análise e Discussão de resultados

A partir da discussão teórica, as entrevistas, à luz de Bardin (2011), foram organizadas e codificadas de modo sistemática, com a identificação de núcleo de sentido e, posteriormente, feita a categorização em 2 eixos temáticos: (1) Rede de apoio e (2) Sobrecarga feminina.

Rede de apoio

Quando falamos sobre o cotidiano dessas mulheres e como elas lidavam com o trabalho formal e com o trabalho de cuidado, os relatos apontaram para uma rede familiar, majoritariamente feminina e que permitiu que as mães pudessem realizar o cuidado dos filhos e o desempenho no trabalho.

Assim, Lélia comentou que “domingo que eu ia trabalhar as meninas ficavam na minha mãe”. Isso também foi percebido quando Tereza explica que teve auxílio durante o puerpério: “Eu tive uma rede de apoio muito boa, que foi minha sogra. [...] ela estava lá o tempo todo junto comigo, então se eu precisava tomar um banho, fazer alguma coisa, eu tinha ela para me ajudar, para ficar um pouquinho com a minha filha, então isso me ajudou demais”. Copatti et al. (2023) mostram que muitas mulheres contam com redes de apoio familiares ou comunitárias, geralmente femininas, como indicam as entrevistadas. Assim, mães empobrecidas, frequentemente negras, indígenas e amarelas, assumem o cuidado e dependem de outras mulheres para poderem trabalhar, muitas vezes cuidando dos filhos de famílias que as exploram, enquanto homens cisgêneros seguem não sendo responsabilizados pela manutenção da vida cotidiana (Núñez, 2023).

Além da rede de apoio familiar, algumas entrevistadas citaram a terceirização de algumas atividades como possibilidade de tornar a rotina menos exaustiva, tal qual Lélia: “Ser [...] mãe em tempo integral para o filho não é fácil. Porque a gente terceiriza, né? Terceiriza a van, terceiriza babá, terceiriza colônia de férias. Mas é uma coisa que era para a gente se ocupar. Para a gente ter aquele tempo de qualidade com os filhos, e a gente não tem.”

Entretanto, mesmo com a terceirização, o cuidado segue sustentado por uma rede majoritariamente feminina. Segundo o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP] de 2023, 79,5% dos docentes da educação básica são mulheres. Além disso, o trabalho remunerado de cuidado tem histórico feminino: no período colonial era feito por mulheres escravizadas, e em 1870 mais de 60% das trabalhadoras livres estavam no serviço doméstico (Matsumoto, 2017). Melo (1998) afirma que mais de 90% desses trabalhadores foram e são mulheres. Isso é percebido quando Andrea diz: “Tem algumas soluções que de vez em quando a gente opta. Por exemplo, chamar uma diarista”. Ou quando a Helena diz: “Tem, às vezes, uma menina que quando eu preciso, olha ele [filho]. Quando, por exemplo, vai ser feriado, eu preciso fazer alguma coisa.” Ou seja, mesmo terceirizado, o cuidado permanece sob responsabilidade feminina, perpassado por raça e classe e demonstra ainda a forte presença do patriarcado nas funções definidas no

mercado de trabalho. Além disso, Bernardi et al. (2023) destacam que o envolvimento paterno é fundamental, sobretudo com a crescente inserção das mulheres no trabalho formal.

Ainda é possível perceber a importância que a escola e a creche ocupam na vida dessas mulheres, sendo consideradas como uma rede de apoio. Isso é relatado por Andrea, quando perguntado se ela possui rede de apoio: “Tenho a escola, mas a escola só enquanto estou trabalhando. Então, agora para eu poder fazer qualquer coisa, cortar o cabelo, fazer uma unha, eu tenho que conciliar os meus horários com o meu marido para ele poder ficar com o [filho] para eu fazer as minhas coisas. É meio difícil.” Ou quando a Heloísa comenta: “Eu acho que ela indo pra escola vai aliviar muito pra mim porque eu vou ter 4 horas de respiro pra poder focar mais no trabalho, pra eu poder ir na academia.”

Essa percepção de “respiro” que Heloísa menciona vincula-se ao fenômeno da terceirização da infância, definido, por Brito (2022), como a transferência das funções maternas e paternas para terceiros, como escolas, familiares e auxiliares domésticos. Na contemporaneidade, com as mulheres no mercado de trabalho formal, as crianças vivenciam uma infância institucionalizada e confinada, passando longos períodos sob a tutela de profissionais, podendo intensificar o sentimento de culpa nos pais, que percebem que seus filhos passam mais tempo na escola ou com cuidadores do que com eles próprios (Zanetti & Gomes, 2011).

Badinter (2011) diz que é necessária a oferta de creches de qualidade, abertas durante o dia para que as mães tenham a possibilidade de trabalhar e possam ter o benefício de horários mais flexíveis. Pode-se perceber que as redes de apoio dessas mulheres, sejam elas outras mulheres da família, ou creches e escolas, continuam sendo responsabilidades atreladas ao feminino. Assim, Iaconelli (2023) afirma que essa dinâmica se sustenta no discurso maternalista, que responsabiliza a mulher pela reprodução social e pelo cuidado doméstico não remunerado. Sem corresponsabilidade dos homens ou do Estado, o cuidado infantil permanece como questão privada entre mulheres. Isso impacta a vincularidade, pois a sobrecarga e o cansaço materno podem levar à “maternidade em colapso” (Iaconelli, p.29, 2023). Quando a rede de apoio é inexistente ou vista como “ajuda”, a mãe se sobrecarrega, e a relação pode ser atravessada pelo sofrimento.

Sobrecarga feminina

Conforme os relatos, o pai/companheiro é apontado como uma figura auxiliar, o que significa que não desempenha um papel ativo de responsabilidade. É possível verificar isso no relato de Helena: “Questões de casa também, eu tenho ajuda em casa, só que nem tudo ele [marido] faz muito. O homem faz as coisas meio estranho. Tem um jeito de lavar a louça meio estranho. Aí eu preciso ter mais cuidado com essas coisas por ele, né? Porque ele não faz. Meio que eu faço a parte dele. Que não é tão bem dividida, enfim. Aí eu me sinto mais sobrecarregada com as coisas de casa. Acho que a maioria das mulheres.”

Simone relata que mesmo quando seu marido não estava trabalhando, portanto, estava mais responsável pelas atividades domésticas durante a semana, ela trabalhava e ficava responsável pelas despesas de casa. Entretanto, complementa: “Quando eu não estou em casa, minha menina e meu marido ajudam a fazer as coisas. Aí fim de semana daí é eu. [...] Ah, a gente trabalha assim, mas para ajudar, né? Para ajudar tipo em casa, o marido né?”. Ou seja, mesmo sendo a única que estava trabalhando, quando estava em casa, a responsabilidade era dela e não do marido, enquanto ela, mesmo pagando as contas, acredita que estava trabalhando para auxiliar o marido.

Essas situações demonstram que a constituição de conteúdos que definem os papéis maternos e paternos, da esposa e do marido permanecem baseados na diferenciação estabelecida pelos ideais patriarcais, ou seja, a mulher enquanto responsável pelos cuidados da vida doméstica e o homem enquanto a figura pública e provedora. Aqui, se evidencia que a manutenção desses conteúdos se relaciona à transmissão geracional, perpassando as gerações (Gomes, 2005), constituindo o material inconsciente compartilhado pelo casal para o estabelecimento da conjugalidade. Mesmo diante de mudanças na dinâmica conjugal e social, com a entrada no mercado de trabalho, a atuação do marido no cenário doméstico configura como “ajuda”, inclusive quando

o marido estava desempregado e Simone ocupava o lugar de provedora. A dicotomia constituída historicamente que diferencia os papéis de funções de homens e mulheres permanece enraizada e transmitida, colaborando para a sua permanência.

Maria Lúcia aponta a naturalização de algumas funções domésticas às mulheres: “[marido] me ajuda. Sempre lava a louça da cozinha. Eu tenho preguiça de lavar louça, faço por obrigação. Mas a vida inteira cuidando de casa, com a minha mãe, com a minha avó. Mulher é arrumar a cozinha. Nasce uma mulher, nasce uma louça para lavar, não adianta. Ele lava a roupa, pendura a roupa, recolhe a roupa. Por mais que eu tenha que refazer, ele ajuda”.

Rocha-Coutinho (2003) corrobora que a participação do marido em casa é percebida como “ajuda”, e muitas vezes é considerado como incapaz para exercer esse tipo de atividade. Através das entrevistas realizadas, identificamos que, a partir de uma perspectiva patriarcal, as mulheres entendem que há uma diferença entre os homens e as mulheres, e que o trabalho doméstico é visto como responsabilidade feminina, corroborando a lógica patriarcal que afastou, historicamente, os homens do cuidado familiar (Gomes & Resende, 2004).

Como o cuidado com o filho é visto como algo majoritariamente da mulher, as responsabilidades também estão atreladas a ela, e a vida profissional da mulher é entendida como secundária, ou como “ajuda” ao marido provedor. Tal fato pode ser verificado através do relato de Andrea: “Eu estava de licença, peguei seis meses de licença-maternidade na época. Com o tempo as coisas foram entrando no lugar. Aí eu voltei a trabalhar [...]. Mas eu trabalhava só meio período, então eu ficava ainda um tempo com o meu filho. Até hoje eu trabalho meio período, então eu consigo dedicar um tempo para ele. [...] Trabalho de tarde. Essa rotina é mais ou menos assim desde que o meu filho nasceu. Antes dele nascer eu trabalhava os dois períodos, de manhã e à tarde. Depois que eu fui mãe, eu reduzi...”. Enquanto diminuiu seu horário de trabalho pela metade para cuidar do filho, essa realidade não foi sequer pensada para o marido, devido à atribuição dos papéis de gênero na sociedade patriarcal.

Heloísa também diminuiu a carga horária de trabalho, porém, nesse caso, propôs que pudesse cumprir metade do período em *home office*: “[...] eles não aceitaram. Então, falaram: ‘se você quiser reduzir sua carga para 4 horas, seu salário vai cair’. [...] eles reduziram o meu salário e depois ainda diminuíram pela metade. [...] quando ela foi fazer 1 ano eles liberaram o *home office* à tarde para mim. Então eu ficava de manhã lá e depois das 13h às 17h da tarde, em casa com ela.” A redução da jornada de trabalho após a maternidade revela a falta de apoio para que as mães possam dar continuidade à vida profissional após a maternidade, o que aponta como a sociedade se organiza em torno da maternidade e o lugar ocupado pelo pai nessa lógica (Pompermayer, 2018).

Além disso, as entrevistadas apontam uma falta de investimento e tempo para si própria. Andrea, quando perguntada acerca dos seus *hobbies*, diz: “Então, antes de ser mãe, eu fazia bastante coisa. Eu fazia aula de canto, eu fazia aula de teclado. [...] eu fazia aula de inglês, eu sempre tentei fazer algumas coisas para preencher a minha cabeça, meu dia. Depois que eu fui mãe, eu diminuí bastante isso, até porque eu não tenho com quem deixar ele para fazer essas coisas.” Helena comenta sobre seus momentos de lazer, em que diz: “quando eu não tinha meu filho eu tinha mais, jogava vôlei, tinha encontros com colegas, amigas, tomava café numa padaria, saía em algum lugar, né? Tentava ter mais, não tenho tanto, mas eu ainda saio assim um pouco, sabe? [...] Para desligar, desconectar, a desconexão do trabalho, porque eu acho que a mulher, ela não desconecta nunca.” Essa excessiva autoexigência faz com que as mulheres se dediquem intensamente ao cuidado da família, frequentemente deixando de lado a si mesmas e, conseqüentemente, negligenciando suas próprias necessidades de autocuidado (Emidio et al., 2023). Isso é percebido nas entrevistas realizadas, quando comentam sobre a diferença dos seus momentos de autocuidado e de lazer antes e depois de terem filhos.

Ademais, os relatos apontaram para diferenças na educação de filhas e de filhos e as mães apontaram que foram educadas para o cuidado e repetem o mesmo modelo com suas filhas, ao contrário da educação destinada aos filhos. Assim, Simone relata: “Eu que fazia tudo, ajudava a minha mãe, porque minha mãe trabalhava, e eu ficava responsável da casa [...] eu fazia janta, eu que lavava roupa para ela, limpava a casa, tudo.”

Foi possível notar que repete o mesmo modelo com seus filhos: “[...] minha filha já deixava adiantado. Eu tive que deixar tipo o almoço pronto e minha filha só chegar e esquentar, né? aí com a minha menina a gente conversa sabe? ‘Ajuda a mãe, aí fim de semana fica por conta da mãe’, mas foi supertranquilo [...] ah, ele [filho] não ajuda a fazer nada não, só arruma o quarto dele só, e quando arruma né? Tem que ficar brigando.”

Algumas entrevistadas relataram a negociação necessária no casal na tentativa de mudança dos pactos regidos pelo patriarcado em busca de uma certa divisão mais igualitária das tarefas domésticas. Isso é possível perceber na fala da Helena: “A gente tenta dividir o máximo possível. Mas, assim, lógico que isso não é do início. Eu me impus para isso acontecer. Porque se eu não tivesse me imposto, pela cultura dele, ele ia manter como se estivesse morando com a mamãe. Comigo, não.” E Elizabeth quando diz que: “A gente se divide bem assim, antes eu precisava ficar cobrando mais, a gente já teve várias, várias discussões por conta disso, de eu ter que ficar pedindo sempre pra ser feito alguma coisa sendo que ele também morava na casa [...] Depois de muita conversa e muita briga, um dia eu só larguei mão [...] e deixei tipo pra ele perceber que se eu não fizesse ninguém ia fazer e a casa ia ficar um nojo, e aí foi depois de muito brigar.”

A partir das experiências relatadas, é possível refletir acerca do estabelecimento das alianças inconscientes (Kaës, 2014), que se baseiam na experiência vividas em suas relações primária, e que nos casos apresentados, são percebidas como alianças assimétricas, marcadas por contextos de poder em que os homens têm privilégios frente às mulheres e, com isso, a mulher acaba fadada a uma dupla jornada e eles não se responsabilizam pelo cuidado com os filhos e com a casa, na mesma medida. Além disso, faz-se necessário pensar na transmissão psíquica, responsável pelo conteúdo, muitas vezes enraizado, transmitido através das gerações. Simone demonstra que reproduz o mesmo modelo na educação de seus filhos, quando atribui as funções domésticas e de cuidado à sua filha, enquanto o só filho possui atribuições individuais, como arrumar o próprio quarto. Ademais, Helena relatou que precisou confrontar o marido para estabelecer uma diferenciação entre o modelo da família de origem dele baseado nesta dicotomia, e o da família atual, na qual os homens também assumem responsabilidades com o cuidado dos filhos e com a manutenção da casa.

Dessa forma, ainda é incipiente casais nos quais se percebe um rompimento com esta relação desigual. Diante disso, a manutenção deste modelo assimétrico entre o masculino e feminino transmitido geracionalmente incide nos respectivos investimentos libidinais, ou seja, constitui o contrato narcísico estabelecido na conjugalidade e na parentalidade, e a mulher que atualmente investe na carreira ou no trabalho permanece a investir na família, numa proporção diferente do homem e as entrevistas demonstram que tal polaridade ainda não é percebida por elas, o que colabora significativamente para a manutenção dos lugares, funções e investimentos relatados. Não por coincidência, Uhr et al. (2019) demonstram como homens casados apresentam jornada de trabalho e salários superiores aos solteiros, enquanto o mesmo não acontece para mulheres, uma vez que elas tendem a passar mais tempo cuidando da casa e dos filhos, muitas vezes diminuindo a carga horária do trabalho formal para dar conta da dupla jornada, algo que foi percebido em algumas das entrevistadas.

Conclusão

A sobrecarga feminina resulta de um processo histórico, cultural e psíquico que associa as mulheres ao cuidado, ao lar e à maternidade como destino. Essa lógica patriarcal define papéis distintos para homens e mulheres e se mantém nas instituições, nos vínculos e na transmissão psíquica geracional, reproduzindo desigualdades. Assim, persistem desafios como discursos conservadores sobre a maternidade, falta de políticas públicas de cuidado e a reprodução inconsciente de desigualdades conjugais, gerando sofrimento individual e coletivo. Por isso, é essencial investir em formação crítica, espaços de escuta e políticas inclusivas que contemplem a diversidade das experiências femininas.

Através da realização da pesquisa foi possível perceber relatos que possibilitaram identificar nuances do sofrimento psíquico, da sobrecarga e das estratégias de enfrentamento, trazendo à tona dimensões subjetivas

e sociais que, muitas vezes, permanecem invisíveis nas estatísticas. Este estudo permitiu evidenciar como as construções históricas e sociais da maternidade e da conjugalidade, permanecem sendo transmitidos nas famílias atuais, o que colabora para a manutenção das desigualdades no presente, apontando para a urgência de pesquisas e ações que contribuam para desconstruir esse legado patriarcal e abrir caminho para relações mais equitativas e humanizadas.

Como Lerner (2019) demonstrou, é essencial que as mulheres compreendam os ideais do patriarcado, o que colaboraria com uma formação mais crítica das funções e lugares por elas assumidos, vislumbrando a possibilidade de rompimento com esta lógica. A autora afirma ainda que a manutenção dos ideais patriarcais ocorre com a colaboração das próprias mulheres, principalmente porque desconhecem a lógica que as mantém neste lugar. Assim, a articulação entre a história, os estudos de gênero e a psicanálise permitiu compreender de forma aprofundada como essas desigualdades são transmitidas, naturalizadas e reproduzidas.

Referências

- Badinter, E. (1993). *Um amor conquistado: O mito do amor materno* (7ª ed.). Nova Fronteira.
- Badinter, E. (2011). *O conflito: A mulher e a mãe*. Record.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (ed. rev. e ampl.). Edições 70.
- Batoni, B. R. (2020). *Trabalho profissional e trabalho reprodutivo no imaginário coletivo de universitárias* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Bernardi, D., Mello, R., & Féres-Carneiro, T. (2023). Participação paterna no pré-natal, parto e pós-parto: Um estudo sobre a perspectiva do pai. *Psico*, 54(1), 1–12.
- Bezerra, B. D. G., & Ferreira, G. H. L. (2017). Divisão sexual do trabalho: Rebatimentos da lógica patriarcal na vida das mulheres. *Revista Inclure*, 3(1).
- Brito, G. C. S. (2022). *Terceirização da educação dos filhos: Um olhar sobre os sentimentos dos adolescentes* (Trabalho de conclusão de curso). Centro Universitário de Brasília.
- Copatti, A. L., Ferrari, A. G., Hoewell, A. G., & Silva, M. R. (2023). Relatos da pandemia: Ser mulher e mãe em tempos de COVID-19. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43:e253659. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253659>
- Del Priore, M. (2009). *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia* (2ª ed.). Editora UNESP.
- Del Priore, M. (2021). *Sobreviventes e guerreiras: Uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000* (2ª ed.). Planeta.
- Emidio, T. S., Okamoto, M. Y., & Santos, M. A. (2023). Solidão e sobrecarga materna em tempos de pandemia de COVID-19 à luz da escuta psicanalítica dos vínculos. *Psico-USF*, 28(3), 505–520.
- Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2005). Conjugalidade dos pais e projeto dos filhos frente ao laço conjugal. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp. 111–121). Ed. PUC-Rio.
- Gomes, A. J. S., & Resende, V. R. (2004). O pai presente: O desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 119–125.
- Gomes, I. C. (2005). Transmissão psíquica transgeracional e violência conjugal: Um relato de caso. *Boletim de Psicologia*, 55(123), 177–188.
- González, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.
- Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Revista Trabalho Necessário*, 16(29), 14–27.
- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução*. Zahar.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014). *Síntese dos indicadores sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira* (n. 34). IBGE.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). *Censo escolar da educação básica 2023: Resumo técnico*.
- Kaës, R. (2014). *As alianças inconscientes* (1ª ed.). Ideias e Letras.
- Lerner, G. (2019). *A origem do patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. Cultrix.
- Matsumoto, D. S. (2017). *O trabalho doméstico remunerado e feminino: Rupturas e continuidades* (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Melo, H. P. (1998). O serviço doméstico remunerado no Brasil: De criadas a trabalhadoras. *Texto para Discussão (IPEA)*, (565), 1–29.
- Núñez, G. (2023). *Descolonizando afetos: Experimentações sobre outra forma de amar*. Planeta do Brasil.
- Okamoto, M. Y., & Emidio, T. S. (2023). Maternidade e herança psíquica. In S. J. Benelli & G. H. Dionisio (Orgs.), *Perspectivas de pesquisa na pós-graduação: Psicologia e sociedade* (1ª ed., pp. 37–51). Gradus.
- Passos, M. C. (2005). Nem tudo que muda, muda tudo: Um estudo sobre as funções da família. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Efeitos da contemporaneidade* (pp. 11–23). Ed. PUC-Rio.
- Pompermayer, H. B. D. (2018). *As mulheres-mães no mercado de trabalho e suas percepções* (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade de Tecnologia de Americana.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). Novas opções, antigos dilemas: Mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia*, 11(1), 2–17.
- Saffioti, H. (2019). Violência de gênero: O lugar da práxis na construção da subjetividade. In H. B. Hollanda et al. (Orgs.), *Pensamento feminista brasileiro: Formação e contexto* (pp. 130–150). Bazar do Tempo.
- Scott, J. (2019). Gênero: Uma categoria útil para a análise histórica. In H. B. Hollanda et al. (Orgs.), *Pensamento feminista: Conceitos fundamentais* (pp. 50–82). Bazar do Tempo.
- Souza, J. B. F., Almeida, K. A. S. L., & Gomes, I. C. (2022). Os desafios da conjugalidade na pandemia de COVID-19. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 10(23), 95–114.
- Uhr, D. A. P., Ely, R. A., Cardoso, R. P., & Uhr, J. G. Z. (2019). Alocação do tempo entre os gêneros e o mercado de trabalho: Uma análise entre casados e solteiros para o Brasil. *Nova Economia*, 29(3), 1041–1063.
- Zanetti, S. A. S., & Gomes, I. C. (2011). A “fragilização das funções parentais” na família contemporânea: Determinantes e consequências. *Temas em Psicologia*, 19(2), 491–502.